



Recebido em:  
09/05/2017  
Aprovado em:  
14/05/2017  
Editor Respo.: Veleida  
Anahi  
Bernard Charlort  
Método de Avaliação:  
Double Blind Review  
E-ISSN:1982-3657  
Doi:

## **EDUCAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: assentamento Moacir Wanderley em foco**

MARIA THAMIRES ANDRADE

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

### **RESUMO**

O presente artigo é resultado do relatório de estágio curricular obrigatório em Serviço Social que foi realizado no assentamento Moacir Wanderley, em Nossa Senhora do Socorro/SE. Na oportunidade do estágio foi trabalhado com o conceito de controle social na escola da comunidade a fim de mobilizar os moradores e pais/responsáveis dos alunos que freqüentam a escola para ativar o conselho escolar e compreender a necessidade de manter a participação ativa nas decisões da escola. Para obter os resultados foi necessária a realização de oficinas temáticas que contribuíram para a finalização do estágio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Controle social. Assentamento

### **ABSTRACT:**

Este artículo es el resultado del informe de prácticas obligatorias en Trabajo Social que se celebró en el asentamiento Moacir Wanderley en Nuestra Señora del Socorro / SE. En la Etapa oportunidad estaba trabajando con el concepto de control social en la comunidad escolar para movilizar a los residentes y los padres / tutores de los estudiantes que asisten a la escuela para que el consejo escolar y comprender la necesidad de mantener la participación activa en las decisiones escolares. Por eran necesarios los resultados para llevar a cabo talleres temáticos que contribuyeron a la etapa de terminación.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. el control social. asentamiento

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é resultado do estagio curricular obrigatório em Serviço Social realizado no Assentamento de Reforma Agrária Moacir Wanderley em Nossa Senhora do Socorro/SE no período de sete meses.

A partir da problemática identificada na escola da comunidade surgiu essa necessidade de explorar esse campo como forma de intervenção, parte do estágio.

A princípio foi identificado à necessidade de participação da comunidade na escola do assentamento à medida que

tinha um prédio escolar quase pronto para uso, porém a obra encontrava-se paradas por falta de responsabilidade do governo com aquela comunidade. As crianças estavam estudando em um prédio totalmente sem preparo para o ensino-aprendizagem daqueles alunos.

No decorrer das observações foi detectada a falha do conselho escolar, ou seja, ele não tinha uma formação ativa. Com isso buscou-se a reativação desse conselho por meio de oficinas temáticas como também a discussão acerca do controle social e a participação como formas de intervenção do estágio.

Para compreender a educação no assentamento será necessário explanar a respeito da educação que passou por diversas modificações em seu contexto como política social e também discutir o controle social no contexto dos assentamentos de reforma agrária.

## **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE**

A educação brasileira assim como as demais políticas sociais, sofreu e continuam sofrendo nefastas modificações com a hegemonia do Estado neoliberal. Leite (2011) ressalta que essa política vem passando por várias reformas desde 1980 perpassando a constituição federal de 1988 e se consolidando na década 1990 com o advento do projeto neoliberal que começa a tomar força.

Leite (2011) ainda afirma que tais reformas foram mais evidentes entre 1988 a 2001 onde houve várias modificações nas legislações e que seria necessária para superar a economia que se encontrava em crise adequando a política educacional brasileira a lógica neoliberal.

A mínima intervenção do Estado na política de educação contradiz com o que está posto na CF/88 em seu art. 205 “A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Há várias normativas que regem a educação brasileira. A que mais delega importância em âmbito nacional é a LDB (Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional).

A primeira LDB data de 1961 que tinha por objetivo se adequar ao período político vigente da época, que segundo Neto (1995), tinha como preocupação a qualidade do ensino e a reorganização da política nacional. O projeto econômico redefiniria a política educacional dos Pais.

A mais recente e atual LDB é de 1996, uma conquista dos setores organizativos da educação brasileira. Mas esse ganho sofre sérias modificações quanto esse documento chega ao poder do governo federal. Ou seja, esse documento passa por mudanças em favor do projeto substitutivo de Darcy Ribeiro que era senador da época (Leite, 2011). As mudanças promovidas pelo então senador foram contrárias as propostas empreendidas pelas classes organizadas.

Leite (2011) ressalta algumas mudanças propostas pelo então senador e governo. Entre algumas se destacam o quantitativo de alunos por sala de aula nos diferentes níveis de ensino onde a proposta do setor organizativo delimita um número específico e o governo deixa indefinido causando superlotação das salas de aula.

Outra proposta é o acesso e garantia a educação somente jovem e adulta no ensino fundamental, sendo que os níveis posteriores seriam direcionados ao supletivo e ensino a distância (Leite, 2011).

Diante dessa perspectiva Lopes (2015) afirma que essa LDB tem caráter neoliberal, pois,

[...] ela é neoliberal, define responsabilidade, mas é vaga quanto aos direitos. Onde a relação do neoliberalismo com a educação se dá em diversos aspectos, tais como: as concepções pedagógicas, a avaliação escolar; a municipalização da educação, a exclusão violenta dentro das escolas; a ideologia de conteúdos: qualidade, quantidade e distribuição, privatização da educação (CAPRIOGLIO, 2000, p. 26 *apud* LOPES, 2015, p.11).

É importante enfatizar que tais mudanças refletem a realidade da educação brasileira onde o ensino se tornou uma atividade precarizada e com a qualidade fragilizada.

Várias outras normativas permeia a educação como, por exemplo, O Plano Nacional da Educação - PNE (2001). Leite (2011) afirma que existem dois planos educacionais, onde um foi proposto pela sociedade sendo apresentado pelo deputado Ivan Valente em 1998, plano este que foi elaborado pelo Congresso Nacional de Educação - CONED. O outro foi uma rediscussão em cima do primeiro que não foi bem aceito pelo governo e toda sua cúpula apreciando assim outra proposta.

As propostas se diferenciam pelo argumento econômico. Segundo Leite (2011),

O plano do MEC enfatiza basicamente o ensino fundamental, não se referindo aos demais níveis escolares, com propostas detalhadas e principalmente, com previsão financeira. Enquanto que o PNE proposto pela sociedade brasileira enfatiza a gestão democrática, com previsão financeira para todos os níveis e modalidades de ensino (LEITE, 2011, p.3).

Todas as mudanças empreendidas na educação brasileira são reflexos da intervenção de organismos internacionais nas políticas sociais do país.

Especificamente o FMI e o Banco Mundial que agem de maneira intensificada nessa política. Andrioli (2012) enfatiza que a estratégia do Estado (neo) liberal continua com o mesmo objetivo, ou seja, colocar a educação como prioridade e também mostrá-la como forma de “ascensão social e democratização de oportunidades”

Para esse autor a educação tem um significado maior que qualquer conceito liberal. Pois “o ato educativo contribui na acumulação subjetiva de forças contrárias a dominação, apesar da exclusão social, característica do descaso com as políticas públicas na maioria dos governos” (ANDRIOLI, 2012, p.1).

Porém a educação do Brasil gira em torno de interesses do Banco Mundial, onde este “considera a educação como um instrumento fundamental para promover o crescimento econômico e a redução da pobreza” (Lopes, 2015, p. 3).

## **EDUCAÇÃO E CONTROLE SOCIAL EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

Considerando toda importância que a educação tem na vida dos sujeitos sociais é importante sinalizar o acesso desta política para os indivíduos que vivem no meio rural mais especificamente em assentamentos de reforma agrária. A educação como forma de politizar e emancipar o indivíduo se faz importante para essa população à medida que fortalece a luta pelas melhorias coletivas e individuais desse povo.

O acesso à educação no campo desde a sua origem apresentou dificuldades, particularmente na década de 1970 e 1980 quando a ampliação dessas instituições acontecia com maior vigor no espaço urbano deixando o meio rural sem instituições escolares. Souza (2002) enfatiza que o principal motivo para que esse problema acontecesse foi o êxodo rural onde parte da população migrou para os grandes centros urbanos em busca de melhorias de vida. E as poucas famílias que ficaram no campo tiveram dificuldades de oferecer ensino para os filhos. É diante dessa realidade que se insere os assentamentos de reforma agrária no país.

Na década de 1990 a realidade dos assentamentos começa a modificar-se com a luta do MST pela implementação de escolas nas comunidades e também a formação de educadores que fazem parte do movimento. Souza (2002) sinaliza que a proposta do movimento com a educação é formar sujeitos comprometidos com a transformação social dentro das lutas e militâncias populares onde o sujeito seja capaz de pensar com autonomia além de contribuir com personalidades criativas e coerentes possibilitando assim uma consciência organizativa. “O MST propõe que a escola e a educação, em sua mais ampla dimensão, possam contribuir com o processo de organização coletiva do trabalho dos assentamentos, transformando-os em grandes empresas cooperativas [...]” (SOUZA, 2002, p.29).

Dentro dessa realidade histórica de luta pela educação nos assentamentos, visto que o movimento sem-terra contribui hegemonicamente para essa conquista, se torna considerável a perspectiva de participar das ações das instituições escolares dentro do assentamento rural como forma de contribuir com processo ensino-aprendizagem dos sujeitos coletivos que nelas estudam. Os direcionamentos e objetivos educacionais de um assentamento se tornam distintos

dos objetivos das escolas urbanas. A realidade é diferente, por isso exige um modelo de ensino compatível com esta.

As escolas dos assentamentos rurais de reforma agrária estão inseridas em um processo de territorialidade complexo, que possui uma história, um processo de formação particular, exige-se, assim, dessa escola, um projeto educacional particular que se enquadre nessa realidade (NOGUEIRA, 2006, p.5).

Com base nessa proposta de educação específica para assentamentos, verifica-se a suma importância do envolvimento dessa população nas decisões da instituição local. Se para conseguir ter acesso a educação na comunidade rural se faz necessário a luta por essa política, então manter a participação ativa nas decisões que permeia a escola é uma tarefa que dá continuidade a esse processo.

O conceito que atribui a essa participação é o “Controle Social” que faz parte da história do Brasil há décadas e que no pós-redemocratização do país e passa a ganhar fôlego e resistência. Seguindo a linha de discussão será enfatizado o controle social na educação como forma de democratizar a participação.

O controle social na educação tem por base o acompanhamento, principalmente, do Projeto Político Pedagógico. Este projeto define a proposta educacional da escola. Na realidade dos assentamentos a participação da população nas escolas se faz importante, pois contribuirão para a construção de um projeto que se adéque a realidade da comunidade, fortalecendo assim o conceito de educação como emancipação dos sujeitos sociais e fortalecimento da autonomia.

Consideram-se vários outros aspectos que permeia o controle social na educação, pois a participação não tem sua concentração apenas no planejamento do Projeto Político Pedagógico, mas também nas diversas demandas que a escola vier a apresentar.

Para melhor compreensão acerca do que é o controle social importa sinalizar alguns pontos que explicam tal conceito.

O termo controle social começou a ser discutido no Brasil com maior vigor a partir do processo de transição política do país, mais precisamente na década de 1980. Segundo Correia (2009) essa expressão tem origem na sociologia utilizada para denominar os mecanismos que propõe a ordem social de forma a disciplinar a sociedade submetendo-os a padrões sociais e princípios morais. A autora destaca também outra definição do termo controle social sob a perspectiva política, pois

Na teoria política, o significado de ‘controle social’ é ambíguo, podendo ser concebido em sentidos diferentes a partir de concepções de Estado e de sociedade civil distintas. Tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade (ou de setores organizados na sociedade) sobre as ações do Estado (CORREIA, 2009, p.67).

O controle social se dá em duas perspectivas, uma do Estado que se apropriam desse termo como forma de dominação e outra da classe subalterna. O Estado é o agente privilegiado na ordem do controle social à medida que atende aos interesses da burguesia garantindo assim o consenso diante da ordem social (CORREIA, 2009).

Ainda segundo Correia (2009), este controle só é realizado mediante a intervenção do Estado nos conflitos sociais que põe em risco a manutenção do capital. Para isso este órgão cria as políticas sociais para manter a ordem social onde fica disponível a difusão da ideologia dominante que automaticamente intervém no cotidiano dos indivíduos internalizando normas a serem seguidas.

Sob a perspectiva da classe subalterna o controle social precisa se dá na forma de consenso, pois,

O ‘controle social’ deve se dá no sentido de estas formarem cada vez mais consensos na sociedade civil em torno do seu projeto de classe, passando do momento ‘econômico-corporativo’ ao ‘ético-político’, superando a racionalidade capitalista e tornando-se protagonista da história, efetivando uma ‘reforma intelectual e moral’ vinculada às transformações econômicas. Esta classe deve ter como estratégia o controle das ações do Estado para que este incorpore seus interesses, na medida em que tem representado

predominantemente os interesses da classe dominante (CORREIA, 2009, p.68).

Sendo assim o controle social para esta classe determina a atuação de setores organizativos da sociedade civil que possam ser representativos na gestão das políticas públicas para assim terem o controle destas e que possam atender as necessidades e demandas da classe subalterna (CORREIA, 2009).

Neste sentido, o 'controle social' envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos seus interesses de classe, tendo em vista a construção de sua hegemonia (CORREIA, 2009, p.68).

É nesse conceito de democratização, fundamento do controle social, que a população dos assentamentos precisa estar atuante e participativa nas decisões escolares para que a política tenha sua efetividade no que tange o acesso à educação de qualidade e que promova o fortalecimento do conceito de coletividade e direitos sociais, contribuindo assim para uma educação que ofereça para a classe trabalhadora direções que os emancipem socialmente.

### **ASSENTAMENTO MOACYR WANDERLEY EM FOCO**

Este artigo é resultado do relatório de estágio curricular obrigatório em Serviço Social. O estágio foi realizado no Assentamento Moacir Wanderley município de Nossa Senhora do Socorro/SE.

Ao iniciar o processo de observação, parte do estágio, ocorreram vários questionamentos por parte de lideranças e alguns moradores da comunidade acerca da educação, a problemática em relação à escola do Assentamento apresentou-se como uma necessidade imediata.

A comunidade apresenta um forte desgaste político e social devido ao seu longo processo de formação e conflitos socioeconômicos, a partir disso foi percebida uma forte desmobilização e falta de participação da comunidade em vários aspectos comunitário, a exemplo da educação. Em visitas a instituição de ensino, através de conversa com o atual gestor escolar e observações, a problemática a priori, apresentou-se na estrutura física da escola que está abrigada em um prédio com condições estruturais precárias para o funcionamento.

A escola estava alojada nas dependências de uma estrutura do Movimento Sem Terra (MST), que não suportava todas as necessidades dos alunos e professores, sendo que, havia uma estrutura nova e adequada para as atividades, mas que se encontrava com a finalização da obra parada há alguns anos, gerando indignação para pais e alunos. Diante dessa problemática, muitos alunos migraram de instituição devido à escola não oferecer um ambiente favorável ao processo de aprendizagem e de não suportar todos os alunos. Observou-se também uma significativa insatisfação de alguns pais da própria comunidade em relação a essa situação.

Devido a essas questões, o quantitativo atual de alunos na escola era baixo e, em consequência, havia um predomínio de classes multisseriadas, baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série. A baixa matrícula trazia uma alarmante preocupação para a comunidade, que corria o risco de fechamento da própria escola pelo baixo quantitativo de alunos. Para amenizar a situação, alguns alunos de comunidades vizinhas foram transferidos para a escola do assentamento.

A escola possuía 40 alunos matriculados, sendo apenas nove alunos do assentamento. A forma de locomoção era através de van escolar cedida pela prefeitura de Nossa Senhora do Socorro. Foi detectado também como um problema, a irregularidade do conselho escolar, que se encontrava com problemas burocráticos impedindo o seu funcionamento e o recebimento de verbas para o funcionamento básico da instituição.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da realização do estágio no Assentamento Moacir Wanderley, foram observadas algumas conquistas, pequenas, mas satisfatórias para aquela comunidade. Em primeiro lugar, é importante citar a mobilização das mães dos alunos que frequentam a instituição de ensino da comunidade para questionar sobre o fim da reforma da escola e que foi um sucesso. Vale ressaltar que ao chegar à comunidade, foi identificada uma instituição em total desprezo

com termino de sua obra para ser efetivado. Os alunos estudavam em uma ciranda totalmente desestruturada para o fortalecimento do ensino. Algum tempo depois os pais/responsáveis acionaram a mídia para mostrar o descaso. Com essa visibilidade o governo do Estado mobilizou o fim da reforma. Em fevereiro deste ano (2017) os alunos passaram a estudar na nova escola proporcionando assim mais tranquilidade e conforto para estudar.

Outra problemática encontrada ainda nesse contexto da educação foi à falta de um conselho escolar ativo. Em conversa com o diretor da escola foi identificado que o conselho estava embargado juridicamente, impossibilitando assim a formalidade de outros membros para reativá-lo. Perante essas dificuldades foi pensado realizar oficinas para trabalhar com essa discussão como forma de intervenção do estágio.

No contexto das oficinas identificou-se a participação das mães que residem nas comunidades vizinhas e que possuem filhos matriculados na Escola do Moacir Wanderley. Discussões acerca do contexto participação, controle social e conselho escolar foram realizados e como resultado ficou percebido o interesse das participantes em adquirir conhecimentos acerca das temáticas citadas.

Importante destacar que em conversa com as mães no final das oficinas ficou reconhecido que muitas delas só passaram a entender o significado e importância da categoria participação depois da realização desses debates. Sobre a importância e necessidade de participação da comunidade e pais responsáveis dos alunos no conselho escolar identificou-se que algumas das pessoas que se fizeram presente nas oficinas manifestaram interesse em participar em algum momento do conselho a partir das informações apresentadas.

Diante de todo contexto afirma-se que a intenção de mobilizar as pessoas para participarem e se manterem atentas ao conselho escolar foi alcançada com êxito, pois mostrou informações que as pessoas participantes antes não tinham para intervir na realidade da escola.